

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.084 - MG (2019/0260242-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : JULIO MARIA DE JESUS
ADVOGADOS : MARISTELO SIMÕES DE ALMEIDA - MG050230
DAVID SIMÕES DE ALMEIDA E OUTRO(S) - MG115414
AGRAVADO : COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA
MG
ADVOGADO : FREDERICO PINTO BETHÔNICO E OUTRO(S) - MG116035

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CONTRA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. ART. 9º, § 1º, XI, DO RISTJ. REDISTRIBUIÇÃO DO PROCESSO A UM DOS MINISTROS INTEGRANTES DAS TURMAS DA PRIMEIRA SEÇÃO.

DECISÃO

JULIO MARIA DE JESUS interpôs recurso especial, com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 258):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE CULPA. IMPOSSIBILIDADE IRRELEVÂNCIA. TRANSINDIVIDUALIDADE. INTERESSE COLETIVO. AUSÊNCIA DE ÓBICE.

Aplica-se a teoria subjetiva de responsabilidade civil quando o dano experimentado ocorre em razão da omissão do Poder Público ou de prestadoras de serviço público.

Diante da ausência da prova de culpa do agente e a comprovação de excludente de responsabilidade, não há como acolher a pretensão indenizatória, uma vez que desconfigurada a responsabilidade civil.

Não se conciliam as idéias de dano moral e transindividualidade, própria da tutela dos interesses coletivos.

O dano moral se dirige a uma pessoa ofendida em sua personalidade, de forma individual, subjetiva e psíquica, não se confundindo mero aborrecimento ou insatisfação com danos morais.

Recurso de apelação conhecido, mas não provido.

Nas razões do apelo especial, o recorrente apontou, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts 8º, 14, § 1º, II, e 22, parágrafo único, do Código de Defesa

do Consumidor; e 927 do Código Civil.

Sustentou, em síntese, defeito no serviço público prestado pela recorrida, a ensejar a reparação por danos morais.

Defendeu que o consumo de água, contendo em seu interior cadáver humano em decomposição, expõe o consumidor à risco concreto de lesão à sua saúde e segurança, mesmo que não ocorra transmissão de doença infecciosa.

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fl. 320).

Brevemente relatado, decido.

Colhe-se dos autos que a discussão trazida no recurso especial envolve a inadequação na prestação de serviço público concedido pela ora agravada, cuja matéria é de competência da Primeira Seção e de suas respectivas Turmas, conforme o disposto no art. 9º, § 1º, XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

No caso, como se está diante de pretensão por reparação civil contra concessionária de serviço público, a competência é da Primeira Seção, conforme previsto no inciso XI do § 1º do art. 9 do referido regimento.

Com efeito, consoante assentado pela Corte Especial do STJ no Conflito de Competência Interna n. 138.045/DF, "se a controvérsia gira em torno da inadequação na prestação de serviço público concedido e da responsabilidade civil (contratual ou não) decorrente, não há como dissociar do caso concreto a natureza jurídica de Direito Público" (Relator para o acórdão o Ministro Herman Benjamin, DJe de 10/10/2016. Em casos semelhantes, os integrantes das Turmas que compõem a Primeira Seção já se pronunciaram. A título exemplificativo: AREsp 1.231.507/SP, e AREsp 1.126.853/SP.

Ante o exposto, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros integrantes das Turmas que compõem a Primeira Seção.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator